

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.740 - MG (2019/0136780-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : CRISTIANO ANTONIO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CRISTIANO ANTÔNIO DA SILVA, representado pela Defensoria Pública estadual, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a ordem visada no *Writ* n. 1.0000.19.026073-7/000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal a que responde pela suposta prática dos delitos previstos no art. 330 do Código Penal e no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Sustenta o recorrente, em síntese, sofrer constrangimento ilegal, sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação concreta e idônea para a ordenação e a manutenção da sua custódia cautelar.

Afirma, para tanto, que não estariam presentes os requisitos da prisão cautelar, previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, destacando que "*a natureza e o quantum da sanção abstratamente cominada ao tipo penal em comento, nem mesmo a condição subjetiva negativa autoriza o decreto cautelar extremo*" (e-STJ fl. 138).

Aduz que o recolhimento antecipado ao cárcere é medida excepcional, visto que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal).

Por fim, requer o provimento do reclamo para que possa responder ao processo em liberdade, com a expedição do competente alvará de soltura.

Sem contrarrazões, os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às e-STJ fls. 163 e 168-190.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

O pleito não merece acolhimento.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem (www.tjmg.jus.br), verifica-se que, no dia **1º/7/2019**, foi concedida liberdade provisória ao recorrente, com a expedição do competente alvará de soltura, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente apelo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

